Por Rafael Walendorff e Giordana Neves

Transformação do seguro rural em despesa obrigatória no orçamento em 2027 vai depender da aprovação de uma nova lei que está no topo da agenda de interesse do governo Lula

A transformação do **seguro rural** em despesa obrigatória no orçamento da União em 2027 — uma das prioridades do setor agropecuário e da bancada ruralista para dar mais previsibilidade à política e expandir a área cultivada protegida no país — vai depender da aprovação de uma nova lei que está no topo da agenda de interesse do governo Lula na reta final do ano. No campo, o receio é que os avanços esperados com o novo marco legal do seguro atrasem.

Leia aqui na íntegra

Fonte: Valor Econômico, em 29.10.2026